

Primeiros dados confirmam o elo

O esquema de corrupção do Orçamento e o esquema PC Farias agiam paralelamente, disputavam espaço e dividiam territórios na cobrança de propinas. Esta é uma das conclusões a que chegaram membros da CPI do Orçamento depois de uma análise preliminar dos documentos entregues ontem pela Polícia Federal à CPI. Um dos documentos remetidos à comissão é uma transcrição dos dados contidos no winchester do computador apreendido na Verax, durante a CPI do PC, descrevendo o funcionamento do esquema, os percentuais cobrados e a liberação de recursos.

“O esquema é o mesmo, as obras são as mesmas, o esquema PC operava numa ponta, na execução, na liberação dos recur-

sos, o do Orçamento na outra, na autoria da emenda destinando as verbas na obra”, afirmou o deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), que teve acesso aos documentos. Entre as peças enviadas, há confissões de empreiteiros e empresários admitindo que davam dinheiro para Paulo César Farias, atendendo seus apelos para eleger uma bancada de deputados que desse sustentação ao governo Collor. No inquérito consta que as empresas Norberto Odebrecht, Mendes Júnior e Constram, que constróem a usina de Xingó, pagaram um 1 milhão de dólares para o esquema PC. O empresário José Sérgio Marinho Freire, da EIT — Empresa Industrial Técnica —, confessa que pagou 54 mil dólares para o fantasma Francisco da Silva. “Só falta eles confessarem que davam dinheiro aqui também”, concluiu.

Os documentos da PF indicam claramente que o esquema PC sofreu a concorrência de ou-

tros esquemas de corrupção semelhante. Uma das passagens do winchester apreendido na Verax diz: “Admitir que não é possível enquadrar todos os ministérios... repensar áreas de atuação (importantes, expressivas e rentáveis) e parceiros (confiáveis e fiéis)...”. Mais adiante, ao se referir a propina, dá a entender que, além de PC, outros segmentos também recebiam e sugeriam uma descentralização do esquema de corrupção.

O documento se refere também ao cerco que se formava contra PC e sugere várias fórmulas para tirá-lo dos holofotes. “Refluir” é a palavra empregada para definir esta estratégia e que recomendava mais discrição a PC Farias. Entre as alternativas apontadas aparece uma nova referência à participação de parlamentares no esquema de corrupção: “Definir um novo modelo operacional que envolva de forma mais direta a participação empresa-político”.